

## ATA DE REUNIÃO

Evento: **REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO (CMH) E POLÍTICA URBANA (CMPU)**

Local: Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT

Data e horário: 07/01/2015, às 9h00min.

Aos 07 dias do mês de janeiro do ano de 2015, foi realizada na Secretaria Municipal de Cultura a reunião ordinária conjunta do Conselho Municipal de Habitação e do Conselho Municipal de política Urbana, presidida pela Secretária de Planejamento Eliana Chaves Marback, contando com a presença dos seguintes membros:

Conselho Municipal de Habitação:

- Eliana Chaves Marback (titular) e Luciana Maria Landim Miranda (suplente) – Poder Executivo;
- Ana Carolina André Rabelo (titular) e Geraldo Santos Almeida (suplente) – Poder Executivo;
- Ludmila dos Prazeres Costa (titular) – Poder Executivo;
- Francisco Santos da Silva e Ariston Xavier de Santana (titulares) – Sociedade Civil;
- Jorge Amaro (titular) e Simone Oliveira Santos (suplente) – Sociedade Civil;
- Marlos Ramos Coelho (titular) – Sociedade Civil;
- Ariston Xavier (titular) – Sociedade Civil.

Conselho Municipal de Política Urbana:

- Eliana Chaves Marback (titular) e Luciana Maria Landim Miranda (suplente) – Poder Executivo;
- Daniel de Jesus Cruz (titular) – Poder Executivo;
- Ilana Guimarães (suplente) – Poder Executivo;
- Hendrink Aquino (titular) – Poder Executivo;
- André Silva (suplente) – Poder Executivo;
- Péricles Sant’Ana Neto – Sociedade Civil.

Como convidada, a reunião teve a presença de Maria Soleneide do Nascimento, representante da Central de Movimentos Populares de Lauro de Freitas (CMP) e Conferência Nacional de Associação de Moradores (CONAM) e de Elmo Costa, Assessor Especial da Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana. Após a verificação do quórum mínimo, a presidente saudou os presentes e esclareceu que como a unificação dos Conselhos é um item de pauta, decidiu-se por realizar as reuniões de forma conjunta.

Os trabalhos foram iniciados às 09h30min com a leitura da ata da reunião ordinária anterior do CMH, datada de 05 de novembro de 2014, aprovada por unanimidade. Antes de prosseguir ao primeiro item da pauta, o conselheiro Agnaldo Evangelista de Souza, antes membro titular de ambos os Conselhos, que, em cumprimento aos Regimentos Internos, perdeu o assento devido à ausências não justificadas, informou que não participaria da reunião, uma vez que o seu nome não constava na lista de presença.

A convidada Maria Soleneide do Nascimento pontuou que a entidade deve ser comunicada oficialmente sobre as ausências, caso contrário, tal exclusão não possui legitimidade. A Presidente Eliana Marback esclareceu, então, que a exclusão, conforme Regimento, é automática após determinado número de faltas e a comunicação deve ser feita para efeitos de substituição do membro. Em complementação, pediu à sua suplente, Luciana Landim, que apresentasse também os dois ofícios do CMPU, entregues à

devida entidade, solicitando a substituição de Agnaldo Evangelista de Souza, não restando dúvidas quanto ao procedimento.

A Presidente se propôs a ler o que consta nos Regimentos sobre esta questão, mas a convidada Maria Soleneide do Nascimento descartou a necessidade de comprovação, opinando que se tratava de um “erro grave” a falta de comunicação sobre a exclusão, intensificado pelo fato de que Agnaldo Evangelista de Souza era o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Habitação.

A Conselheira Ludmila dos Prazeres Costa discorreu sobre a importância da participação da sociedade civil nos Conselhos e frisou que é de conhecimento de todos que a agenda das reuniões foi divulgada anualmente no site da SEPLAN.

Maria Soleneide do Nascimento pontua também que houve uma falha no momento em que o conselheiro Agnaldo Evangelista de Souza não foi convocado, como Vice-Presidente, para construir as pautas das reuniões, e reafirmou a posição dos movimentos populares sobre a necessidade de criação do Conselho Municipal da Cidade, para que haja uma instância maior de deliberações.

A presidente Eliana Marback esclareceu que em momento algum se recusou a atender Agnaldo Evangelista de Souza, se houve uma ocasião em que este atendimento não foi realizado de forma imediata, deveu-se à outras atribuições profissionais. Aproveitou o momento para frisar que o CMPU, apesar de ter sido criado desde 2006, foi instalado, de fato, somente nesta gestão, com reuniões regulares, cumprindo agenda, com o regimento interno revisado e aprovado por unanimidade, e que o CMH, no ano de 2014, foi finalmente regularizado junto ao Ministério das Cidades e o município já pode captar recursos para habitação de interesse social. Informou que a posição do Poder Público sobre a criação do Conselho das Cidades sempre foi favorável e que esta medida será prevista no Plano Diretor de Lauro de Freitas, que está sendo revisado. Reafirmou que todos os rigores da lei serão cumpridos, inclusive a realização de audiências públicas para discussões.

Voltando ao tema das exclusões por faltas, Eliana Marback listou todos os membros do CMH e do CMPU que haviam perdido assento, incluindo todos os membros do Poder Legislativo. Maria Soleneide do Nascimento demonstrou indignação com este fato e alertou sobre a total falta de respeito do legislativo com a sociedade, com as pessoas que lhes deram seus votos de confiança.

Antes de dar prosseguimento à pauta, Maria Soleneide do Nascimento sugeriu que mais dois itens fossem acrescentados: a estruturação física dos Conselhos (espaço físico, humano e material) e a capacitação dos conselheiros, e questionou sobre o horário das reuniões no turno da manhã, colocando a dificuldade dos membros da sociedade civil em conseguir liberação dos seus empregos e outros afazeres. A Presidente esclareceu que as reuniões do Conselho Municipal de Habitação sempre foram realizadas no turno da manhã e as de Política Urbana no turno da tarde, sendo a reunião ordinária de novembro realizada pela manhã devido à maior disponibilidade dos membros que faziam parte dos dois Conselhos.

O conselheiro Ariston Xavier de Santana fala pontuou que as reuniões devem ter um teto, uma previsão de término, e que os membros que se propuseram a fazer um trabalho deste porte tem que garantir sua presença, ter uma postura de respeito, cumprir horário, estar atento a pauta e ser produtivo.

Com a chegada do Conselheiro do CMH Péricles Sant´Ana, a Presidente sugere a leitura da ata da reunião anterior do CMPU para aprovação e prosseguimento da agenda.

Após a aprovação unânime da ata, o Conselheiro Hendrik Aquino pede a palavra e lamenta a ausência dos Movimentos Sociais durante todo o ano de 2014, informou que somente uma parte dos Movimentos se fez presente nas importantes discussões, havendo, assim, uma grande perda para a sociedade. Solicitou que fosse revista a posição dos que decidiram se ausentar, lembrando que democracia se faz com a participação de todos. Lamentou também a ausência do Poder Legislativo. A convidada Maria Soleneide do Nascimento pediu que a posição política dos Movimentos não fosse

comparada com a posição irresponsável do legislativo e que a tal posição poderá ser avaliada futuramente.

Passou-se, então, às discussões referentes ao Conselho da Cidade e sua instalação, momento em que a Presidente passou a palavra ao convidado Elmo Costa, que discorreu sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Lauro de Freitas (PDDM). Ele informou que, do ponto de vista legal, o Conselho da Cidade já existe no PDDM atual, em seu artigo 47, com a nomenclatura de Conselho Municipal de Política Urbana, discorreu sobre a adoção de quatro Câmaras técnicas, em consonância com as deliberações da Conferência Nacional das Cidades, e sugeriu que os Conselhos pertinentes já existentes se transformem em Câmaras Técnicas do ConCidade. Ele informou também que a revisão do PDDM tem planejado a Lauro de Freitas de 2015, que a metodologia de participação popular será definida, podendo ser promovidas audiências públicas ou câmaras setoriais, partindo de um esboço que deverá ser discutido setorialmente e depois levado para plenárias. Explicou também que a minuta preliminar da revisão do PDDM está sendo elaborada por técnicos devido à minúcia do trabalho, com vistas a torná-lo mais produtivo.

A conselheira Maria Soleneide do Nascimento não concorda que o PDDM seja construído somente pelo Poder Público e sugere que se instale com brevidade uma câmara técnica, com um número limitado de pessoas, para que se construa em conjunto o material que será levado às audiências públicas.

Elmo Costa, lendo a legislação, pontua que o próprio PDDM define que o CMPU deve propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação, acompanhamento, avaliação da legislação urbanística, e em especial do Plano Diretor. A Presidente Eliana Marback sugere que uma nova reunião seja agendada, em caráter extraordinário, com os dois Conselhos, para que se inicie a discussão formal da criação do Conselho da Cidade, marcando-a dia 22 de janeiro, das 8:30h às 12:30h no mesmo local. Hendrik Aquino alerta que os Conselhos têm regimentos diferentes e a Presidente pontua que, de fato, quem conduzirá a reunião conjunta é o CMPU e os membros do CMH terão direito a voz, como participantes.

Esgotados os assuntos referentes ao CMPU, a Superintendente de Habitação e Conselheira Ana Carolina Rabelo esclareceu que o contato de todos os membros do Conselho Municipal de Habitação, titulares e suplentes, foram passados ao Cerimonial do Prefeito/DECOM, para que fossem convidados para a assinatura de contrato do Residencial Brisas de Itinga I, II, III – evento realizado nos dias 29 e 30 de janeiro de 2014, no Ginásio de Esportes de Lauro de Freitas. Lamentou ao tomar ciência de que os citados não foram devidamente convidados e, por esse motivo não compareceram ao evento. Prosseguindo, informou que pretende publicar a listagem de todos os beneficiários que assinaram contrato, ação que depende da liberação da Caixa Econômica, e estabelecer um prazo para aqueles que ainda não assinaram. Informou também que a data para a entrega das chaves está programada para o próximo dia 22, no próprio empreendimento, e em caso de alteração, todos serão comunicados, esclarecendo que as chaves não foram entregues no mesmo dia da assinatura do contrato porque aguarda a finalização dos trabalhos Coelba.

Quanto ao transporte público no Empreendimento Brisas de Itinga, Ana Carolina Rabelo sugeriu que seja encaminhado um ofício, emitido pelo Conselho de Habitação, solicitando uma posição da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Ordem Pública – SETTOP.

Quanto ao trabalho social do Empreendimento Dona Lindu, comunicou que a licitação deu deserta e todo o processo está sendo feito novamente a partir da publicação no DOM.

Maria Soleneide do Nascimento questionou a razão das casas em situação de risco, localizadas atrás do Colégio Maria Antonieta, não terem sido contempladas por reforma realizada pela Prefeitura, momento em que Ludmila dos Prazeres Costa informou que as atividades de melhoria habitacional estão sendo realizadas pela SEINFRA através de convênio firmado em 2007 e retomado em 2012, com os imóveis da Chácara Thaiti. Ela esclareceu que no caso do Maria Antonieta algumas casas são objeto de reforma e

outras de melhoria e que estas questões deverão ser direcionadas à SEINFRA, o órgão responsável. A Conselheira acrescentou que a próxima área contemplada será a da Pedreira e que as áreas de risco devem esperar uma posição da Defesa Civil, sendo muitas famílias remanejadas para a Chácara Thaiti. Por fim, decidiu-se que as pautas sugeridas por Maria Soleneide do Nascimento seriam discutidas em outra ocasião devido ao horário avançado e a Presidente informou que enviaria com brevidade o memorando, solicitado por Ana Carolina Rabelo, à SETTOP.

Nada mais havendo a tratar, Eliana Marback reafirmou que a próxima reunião ocorrerá no dia 22 de janeiro de 2015, às 8:30h, de forma extraordinária, no mesmo local, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.